EDITORIAL

A Constituição Federal 25 anos depois: balanços e perspectivas da participação da sociedade civil nas políticas educacionais

The Federal Constitution 25 years later: balance and outlook of civil society participation in education policy

La Constitución Federal 25 años despues: balanzos y perspectivas de la participación de la sociedade civil en las políticas educacionales

Este número da RBPAE organiza-se na forma de dossiê, agregando artigos que tratam dos 25 anos da Constituição Federal, com reflexões que fazem um balanço sobre aspectos atinentes à educação. Assim, a Revista reafirma sua vocação de tratar política e cientificamente as questões cadentes da política e da gestão da educação.

Os anos que se sucederam ao Regime Militar, na realidade brasileira, foram marcados pelo caráter singular no que se refere aos processos de manifestação e participação popular na arena política. Com o fim do último ciclo ditatorial, presenciamos o protagonismo da sociedade civil no processo de reconstrução das vias democráticas do país e também da incomparável atuação na formulação e implementação das políticas públicas. Se para muitos economistas a década 1980 foi considerada "economicamente perdida", para muitos sociólogos, tais como Florestan Fernandes, foi considerada uma década profícua no plano político. Podemos situar como um dos principais ganhos dos anos 1980, a promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988, a qual neste ano, completa 25 anos

Alcunhada de "Constituição Cidadã", o processo constituinte dessa Lei foi legitimado pelos debates e embates entre forças antagônicas. A mobilização dos vários segmentos da população em prol de uma maior participação política na sua elaboração culminou no direito às Emendas Populares, as quais estavam previstas no regimento da Assembleia Constituinte. Cada Emenda, deveria ter, no mínimo, 30 mil assinaturas de eleitores, fato que impulsionou diferentes entidades a se mobilizarem e saírem às ruas para recolher adesões e encaminhar as emendas populares aos deputados constituintes.

Como sabemos, entre os variados temas das ementas estavam as que tratavam das questões da educação.

No âmbito da educação foi bastante expressiva a atuação do *Fórum Nacional*

de Entidades em Defesa do Ensino Público, lançado oficialmente em Brasília em 9 de abril de 1987 por meio da Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita. Composto inicialmente por 13 entidades[1], suas principais formas de pressão pautavam-se em manifestos dirigidos aos parlamentares tentando assegurar suas propostas e posteriormente, uma plataforma para a educação na Constituinte.

O Fórum, ao defender a reestruturação do Sistema Nacional de Educação, tinha como pressuposto o conceito de Estado Ampliado, que considera as possibilidades de conexão entre instituições da sociedade civil e a sociedade política nas tarefas de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, entre as quais a política educacional.

É nesse processo de correlação de forças que as lutas do período pós-ditadura resultaram na conquista de alguns direitos educacionais consagrados na legislação, principalmente através do capítulo da educação na Carta Magna. Dentre estes direitos ressaltamos a concepção de educação básica, a gestão democrática como princípio constitucional, a inclusão de alunos portadores de deficiência na rede regular de ensino, além da gratuidade da educação nos estabelecimentos públicos em todos os níveis, e do ingresso dos profissionais da educação na carreira por concurso público, e ainda, da obrigatoriedade de implantação do piso salarial nacional do magistério.

É interessante destacar que foi um período de significativas mudanças nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo em que o Brasil e outros países da América Latina iniciavam um processo de democratização da sociedade, materializado no reconhecimento de direitos sociais pela legislação, a busca de solução para a crise do capitalismo do final dos anos 1960, dentro outras formas, materializava-se em um processo internacional de minimização de direitos sociais.

A década de 1990 foi marcada pelo ajuste fiscal e pela restrição nos gastos sociais como propostas que orientaram as políticas no espaço capitalista praticamente em escala planetária. Neste mesmo contexto, setores vinculados ao capital, em face das necessidades advindas da reestruturação produtiva[2], organizaram-se para propor políticas globais de educação. Verificamos um processo crescente de várias e novas modalidades de privatização do público. Desde então, não apenas o "conteúdo" da educação se acirrou como campo de disputa, como também a propriedade de sua execução. Assim, ao mesmo tempo em que ao longo destes 25 anos alguns direitos foram sendo conquistados, tivemos, igualmente, perdas significativas no processo de democratização da educação.

Para realizar o balanço proposto nesse dossiê, que também permite resgatar "a memória" deste significativo período, é que convidamos pesquisadores brasileiros

---

[1] No momento da Constituinte o Fórum era composto pelas seguintes entidades: ANDES; ANPED; ANDE; ANPAE; SBPC; CPB;CEDES;CGT;CUT;FENOE; FASUBRA; OAB; SEAF;UBES E UNE. A composição do Fórum se ampliou durante o processo de elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional incluindo instituições como a UNDIME, o CONSED, o CRUB, etc.

[2] Ela própria estabelecida também como um dos meios de busca de superação da crise.

que tiveram importante atuação nesta história. Alguns aceitaram o desafio. Outros, por motivos diversos, não puderam escrever neste período. Mas, registramos aqui a nossa homenagem para todos os que participaram ativamente deste processo, fortalecendo o campo educacional, reafirmando a crença no importante papel da educação na democratização da sociedade.

Considerando que, historicamente, a Associação Nacional de Política e Administração da Educação e a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação participaram ativamente dos principais debates que mobilizam o campo das políticas educacionais na educação brasileira, propomos o dossiê *A Constituição Federal 25 anos depois: balanços e perspectivas da participação da sociedade civil nas políticas educacionais*.

O texto de Jamil Cury, intitulado *Sentidos da educação na Constituição Federal de 1988*, recupera elementos reflexivos do Estado Democrático e de Direito para analisar a Constituição. O autor enfoca as contribuições expressivas da Carta Magna, mas, por outro lado, dado seu caráter universal e generalizante, problematiza ambiguidades e omissões presentes em temáticas como "dignidade da pessoa humana", "equidade", "a problemática dos direitos humanos, o pluralismo político", dentre outros.

Dermeval Saviani, nas reflexões contidas no texto *A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência* coloca em relevo quatro distintos momentos que ensejaram a sua elaboração e a implementação: a mobilização do campo educacional com a multiplicação de entidades da sociedade civil; a participação das entidades neste processo de formulação; os avanços consubstanciados em princípios e medidas derivados da participação e, por fim, enfoca o sistema nacional de educação como um problema pendente, sinalizando as incongruências e dificuldades de o Estado cumprir os preceitos constitucionais nestes 25 anos de sua promulgação.

O artigo Reflexos da carta de *Goiânia/IVCBE na Constituição Federal cidadã: participação da sociedade civil nas políticas educacionais*, de Iria Brzezinski, enfoca o documento "Carta de Goiânia", resultante da IV CBE (25/9/1986), cujo tema foi Educação e Constituinte. Por meio de uma discussão teórica e um estudo documental, a autora analisa aspectos da gestão democrática, da formação e valorização dos profissionais da educação e dos PNEs, referenciando-se nos processos de participação da sociedade civil no controle social das ações públicas.

O artigo *As mutações na oferta da educação pública no período pós-constituição federal e suas implicações na consolidação da gestão democrática*, de Maria Vieira Silva e Vera Maria Peroni, desenvolve balanços analíticos sobre as redefinições das esferas pública e privada e suas consequências para a gestão democrática da educação brasileira. As autoras recuperam as conquistas em prol da democratização da gestão, materializadas na Carta Magna. No segundo momento, a partir de dados de pesquisas empíricas, apresentam elementos que se constituem em fatores díspares à consolidação da gestão democrática: a inserção da lógica mercantil na escola pública e as condições

de trabalho dos profissionais da educação, as quais permanecem adversas à participação e ao trabalho coletivo.

Nalú Farenzena e Maria Beatriz Luce, no texto *Financiamento da educação e responsabilidades federativas: a agenda da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88*, nos remetem a reflexões sobre o financiamento público e a repartição das responsabilidades federativas no período anterior a promulgação da Constituição Federal. As autoras problematizam a secundarização desse tema no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte de 1987- 88 e sua posterior centralidade nas agendas pública e governamental da educação.

Águeda Bernadete Bittencourt e Vinicius Parolin Wohnrath, no artigo *Secularização e laicidade do Estado brasileiro depois da constituição de 1988*, enfocam as relações entre o Estado e as igrejas representadas no Poder Legislativo mediante processos simbióticos entre os líderes religiosos e senadores da República e os decorrentes aspectos desta relação, tais como: a organização de grupos para promulgar direitos de interesse dos diferentes agrupamentos religiosos; as alterações nos quadros jurídicos que regulam os direitos das crianças e dos adolescentes; proposições para a formação de professores e para o Sistema Nacional de Educação.

O artigo *Políticas de currículo, formação e valorização dos profissionais da educação pós-Constituição de 1988: um breve balanço*, de autoria de Marcelo Soares, Gabriel Palafox e Karina Klink, discute os marcos constitucionais que orientaram as políticas educacionais implementadas a partir do final dos anos de 1980 até os dias atuais, especialmente no campo do currículo da educação básica, da formação e da valorização dos profissionais da educação. Os autores analisam como as políticas educacionais implementadas nestas áreas trazem vários elementos de continuidade, ainda que se seja possível identificar novas dimensões e aspectos que a elas vêm sendo agregados pelos diferentes governos de distintas configurações partidárias.

Maria Dilneia Espíndola Fernandes, Elisângela Alves da Silva Scaff e Regina Tereza Cestari de Oliveira, no artigo *Direito à educação e compromisso docente: quando o sucesso e o fracasso escolar encontram o culpado*, enfocam as contradições da educação como direito constitucional, problematizando, sobretudo, questões correlatas a permanência da criança na escola mediante abordagens de fatores extra e intra escolares.

O artigo *Constituição de 1988 e a inclusão educacional e social: entre as construções vividas, os desafios e riscos pós 25 anos de sua aprovação*, de Lazara Cristina da Silva e Mara Rubia Alves Marques se propõe a realizar reflexões sobre a temática da inclusão educacional e social, procurando identificar os avanços sentidos à época da promulgação da Carta Magna, os desafios que se colocavam e que permanecem nos dias atuais.

Por fim, o artigo de Luis Fernandes Dourado, intitulado *A formação de professores e a base comum nacional: questões e proposições para o debate*, tendo por referente a Constituição, desenvolve reflexões a respeito dos marcos legais, diretrizes e bases

para as políticas, programas e ações voltados à formação inicial e continuada dos profissionais da educação, nas duas últimas décadas. Nesta direção, acentua a complexidade, lutas e embates que históricamente tem envolvido o debate e as decisões sobre a questão.

Esperamos que as reflexões presentes nesse dossiê possibilitem balanços analíticos dos contornos e configurações das políticas educacionais nestes vinte e cinco anos posteriores a promulgação da Constituição Federal com o horizonte de ampliar os ângulos sobre as conquistas, fomentar as críticas aos recuos e intermitências e potencializar nossos propósitos pela incessante luta em prol de uma escola de qualidade socialmente referenciada.

Maria Vieira Silva e Vera Maria Peroni
Organizadoras desse número

Janete Maria Lins de Azevedo
Editora